



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SANTA CATARINA**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2008

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Ministro de Estado da Fazenda

Guido Mantega

Secretário-Executivo

Nelson Machado

Secretário-Executivo Adjunto

Francisco de Assis Leme Franco

Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração

Laerte Dorneles Meliga

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SANTA CATARINA

Gerente Regional de Administração em Santa Catarina

Venilton José de Ávila

Gerente Regional –Substituto

Ronaldo Pinto da Silva



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIAM DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SANTA CATARINA

ROL DE RESPONSÁVEL

NOME: VENILTON JOSE DE ÁVILA
CPF: 416965819-15
CARGO: Gerente Regional de Administração do MF/SC
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: 100

PERÍODOS DE GESTÃO

01.01 A 09.03.2008
29.03 a 25.06.2008
01.06 a 19.10.2008
24.10 a 31.12.2008

PORTARIA DE NOMEAÇÃO: Portaria 253 de 29.06.2007 - DÁ de 02.07.2007
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Servidão Francisco Munn, nº 42, Ap 202 – Centro -
Florianópolis-SC – 88015-415
ENDEREÇO ELETRÔNICO: gra.sc.gra@fazenda.gov.br
TELEFONE: (48) 3223-2075 – Residencial
(48) – 32168711 - Trabalho

NOME: RONALDO PINTO DA SILVA
CPF: 28612345049
CARGO: Gerente Regional de Administração do MF/SC- Substituto
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE: 310

PERÍODOS DE GESTÃO

10 a 24.03.2008
25 a 28.03.2008
26 a 30.06.2008
20 a 23.10.2008

PORTARIA DE NOMEAÇÃO: PORT. Nº 286, DE 18 DE JUNHO DE 2007
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Servidão Ferreira, 225 – Campeche – Florianópolis-/SC
ENDEREÇO ELETRÔNICO: drl.sc.gra@fazenda.gov.br
CPF: (48) 3216-8734 – Comercial
(48) 3232-9776

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE.....	7
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS	8
2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS	8
2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE	10
2.2.1. DIRETRIZES.....	11
2.2.2. OBJETIVOS GERAIS.....	11
2.2.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SPOA.....	12
2.3. PROGRAMAS.....	14
2.3.1. Programa 750 – PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	14
2.4. PROGRAMAS E RECURSOS ESPECÍFICOS DAS ATIVIDADES FINIS EXECUTADOS PELA GRA/SC.....	29
2.4.1. Programa 775 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL.....	29
2.4.2. Programa 0794 – PROGRAMA DE GESTAO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	30
2.4.3. Programa 1173 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS	30
2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	31
2.5.1. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS	32
3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSO	33
4. DEMOSNTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS)NO IO	33
5. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA	33
6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	34
7. RENUNCIA TRIBUTÁRIA.....	34
8. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DE RENUNCIA	34
9. OPERAÇÃO DE FUNDOS.....	34
10. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO	34
11. RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	37
12. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.	41
13. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	41
14. DISPENSA E INSTAURAÇÃO DE TCE.....	41
15. INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	41

16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DESEMPENHO DA GESTÃO:.....	44
17. CONTEÚDO ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	44
18. CONCLUSÃO	45
19. ANEXO	46

APRESENTAÇÃO

Em atendimento ao disposto na IN TCU N°. 93/08, IN TCU N° 57./08, a Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina apresenta os resultados da sua gestão, relativa ao exercício financeiro de 2008.

São apresentados dados relativos à Gestão de Pessoal e Recursos Orçamentários e Financeiros sob responsabilidade da Gerência Regional no exercício de 2008.

As informações que integram o presente relatório são resultados do trabalho realizado em conjunto com o Órgão Central e demais Unidades atendidas pela Gerência Regional de Administração em Santa Catarina.

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

NOME COMPLETO	Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Santa Catarina - GRA/SC
CNPJ	Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 00.394.460/0023-57
NATUREZA JURIDICA	Pessoa Jurídica Administração Direta do Poder Executivo
VINCULAÇÃO MINISTERIAL	A Gerência Regional de Administração está subordinada a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda – SPOA/SE/MF.
ATOS NORMATIVOS	Criada pelo <u>Decreto nº 3.782 de 05 de abril de 2001</u> , DOU de 06.04.01, que Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências. Em novembro de 2006 editado <u>Decreto nº 5.949</u> , revogado pelo Decreto nº 6.102, de 30 de abril de 2007, revigorado pelo <u>Decreto nº 6.313</u> , de 19 de dezembro de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.
NOME E CÓDIGO NO SIAFI	GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO Unidade Gestora 170166
CÓDIGO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS ABRANGIDAS	Não consolida outras Unidades
ENDEREÇO COMPLETO DA SEDE	Praça Getúlio Vargas, nº. 138, Centro 88020.030 Florianópolis / SC Telefones (48) 32168712 Fax: (48) 3222-5470
ENDEREÇO DA PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTRANET	www.intranetspoa.sc.fazenda
SITUAÇÃO DA UNIDADE QUANTO AO FUNCIONAMENTO	Em pleno funcionamento
FUNÇÃO DE GOVERNO PREDOMINANTE	Administração
TIPO DE ATIVIDADE	Atividade Meio
UNIDADES GESTORAS UTILIZADAS NO SIAFI	170.166

PÚBLICO-ALVO:	Órgãos da Administração Pública Federal: <ul style="list-style-type: none">• Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN/SC• Procuradoria-Seccional da Fazenda Nacional em Blumenau, Criciúma, Chapecó, Joaçaba, Joinville, Lages.• Gerência Regional do Patrimônio da União/SC• Controladoria Geral da União/SC• Delegacias da Receita Federal do Brasil, Delegacia da Receita federal de Julgamento• Inspetorias da Receita Federal do Brasil e Alfândega do Aeroporto Internacional Hercílio Luz Servidores:/Sociedade Ativos, Inativos e Pensionistas
----------------------	--

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Gerência Regional de Administração em Santa Catarina tem como responsabilidade institucional prestar apoio logístico aos órgãos do Ministério da Fazenda, sediados na área de suas jurisdições, planejando, coordenando, acompanhando e executando, de acordo com as normas e os procedimentos padrões estabelecidos, as atividades inerentes aos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, Nacional de Arquivos - SINAR, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal, bem como, prestar apoio logístico na área de Serviços Gerais –SISG, à Controladoria Geral da União e a Gerência Regional do Patrimônio da União.

No cenário das Políticas Públicas, atua na execução dos Programas e Ações abaixo elencados:

- **Programa 750 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO**

AÇÕES:

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus dependentes.

2010- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

2011- Auxílio-Transporte aos servidores e Empregados

2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

- **Programa 0770 - PROGRAMA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

A GRA executa ações desse programa em atividades de apoio no que tange a as unidades da Receita Federal do Brasil em Santa Catarina, recebendo recursos orçamentários e financeiros oriundos dessa Unidade.

- **Programa - 0775 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL**

A GRA executa ações desse programa em atividades de apoio as unidades da Procuradoria da Fazenda nacional em Santa Catarina, recebendo recursos orçamentários e financeiros oriundos dessa Unidades.

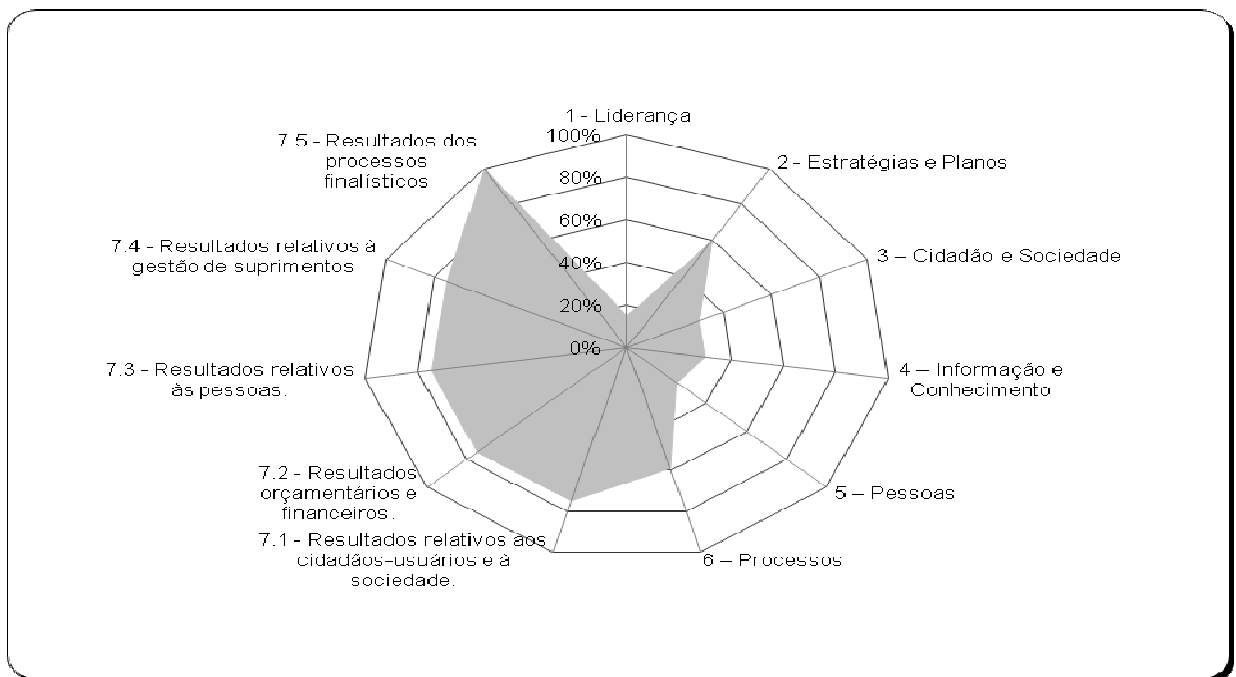
- **Programa 0794 – PROGRAMA DE GESTAO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

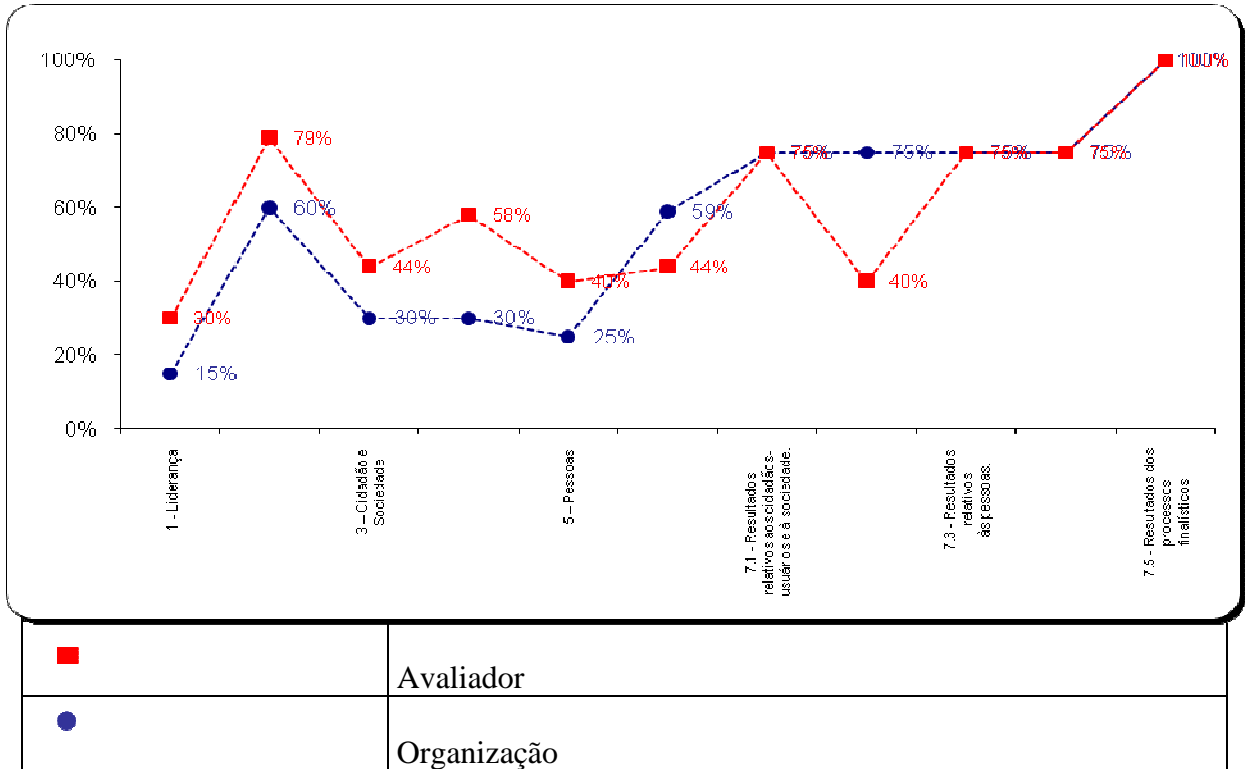
A GRA/SC executa ações desse programa em atividades de apoio a Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina.

2.2. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

A Estratégia de atuação da Unidade está fundamentada em um modelo de gestão orientada para resultados, o que requer cada vez mais a adoção de mecanismos de mensuração dos objetivos e metas. Para tanto, estamos implantando o Planejamento Estratégico definido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda, cujas diretrizes e objetivos definidos encontram-se abaixo elencados.

Buscamos também a melhoria da Gestão via Certificação pela GES PÚBLICA, e realizamos a validação da Auto Avaliação, onde obtivemos 150 pontos, conforme demonstrado no Gráfico abaixo:





Com a pontuação acima obtida, e visando obter a pontuação máxima, ou seja, 250 pontos na próxima avaliação foi delineado um plano de melhoria da gestão, e encaminhado a GES PÚBLICA. O referido plano foi implementado parcialmente em função de entraves na implementação de sistemas informatizados, o que postergou a nova avaliação para o próximo exercício.

2.2.1. DIRETRIZES

- Fortalecer a prática do planejamento, orçamento, finanças e contabilidade, recursos humanos, recursos logísticos, tecnologia da informação e comunicação social;
- Zelar pela ética e transparência da gestão SPOA.

2.2.2. OBJETIVOS GERAIS

- Gestão eficiente voltada pra resultados, mediante o fortalecimento da cultura do planejamento;
- Gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos orçamentários e financeiros;
- Aperfeiçoamento do perfil profissional dos servidores da SPOA, para melhorar seu desempenho e atingir melhores resultados;
- Visibilidade nas ações da GRA.

2.2.3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SPOA

- Otimizar a utilização de recursos;
- Adequar à força de trabalho da GRA/SC;
- Promover expressivamente o bem-estar, a satisfação e a motivação dos servidores;
- Melhorar expressivamente o desempenho dos processos;
- Aumentar expressivamente a satisfação dos clientes.

As diretrizes e objetivos acima mencionados, levaram a definição de metas para cumprimento no exercício de 2008, conforme demonstrado na tabela abaixo:

□ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PLANO DE METAS 2008	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	META
Cumprimento de Metas MV01	Cumprir 60 % das metas do PE
Aumentar expressivamente a satisfação de unidades usuárias CL01	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 5% o nº de Unidades Usuárias satisfeitas com a prestação de serviço. • Reduzir em 40% o nº de reclamação das Unidades Usuárias. • Aumentar em 70 % o nº de consultas das unidades usuárias aos sistemas de Comunicação. • Reduzir a não conformidade na prestação dos serviços de RH em 10 % • Reduzir em 10 % o índice de retrabalho em RH. • Reduzir em 10 % o tempo médio de atendimento no fornecimento de bens e serviços no RL. • Reduzir em 10 % a não conformidade na prestação dos serviços de RL • Reduzir em 10 % o índice de retrabalho em RH. • Padronizar 70 % dos processos de trabalho do RH, RL, ATI, SIOFI.
Promover expressivamente o bem-estar, a satisfação e a motivação dos servidores PE01	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar em 10 % o índice de satisfação dos servidores no seu ambiente de trabalho. • Implantar na GRA, 5% dos projetos de responsabilidade sócio-ambientais definidos pelo Comitê.
Adequar à força de trabalho da GRA	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar em 10 % a força de trabalho da GRA, para atender a demanda de trabalho • Capacitar 85 % dos servidores da GRA
Otimizar a utilização de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar 95% do orçamento aprovado para 2008. • Reduzir em 5-% o consumo de energia elétrica. • Reduzir em 5-% o consumo de água. • Reduzir em 5-% o gasto com vigilância. • Reduzir em 5-% o gasto com limpeza. • Reduzir em 5% o gasto com telefonia.

□ ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS

Nem sempre foi possível conseguir os resultados planejados, em função das limitações de recursos orçamentários e financeiros e, principalmente devido ao reduzido número de pessoal.

Reduzimos o índice de retrabalho e o tempo médio de atendimento na área de Recursos Humanos.

Na área de Recursos logísticos, reduzimos o tempo médio de atendimento no

fornecimento de bens e serviços em embora ainda não tenha sido o suficiente para atingir meta prevista. A falta de recursos orçamentários e financeiros contribuiu, para o não atingimento da meta, uma vez que as demandas das Unidades ficavam aguardando a liberação de recursos. Além disso, a demora na emissão de parecer jurídico, para as aquisições e contratos em geral, também foi outro fator de que impactou no cumprimento da meta.

As metas previstas para redução do consumo de água e energia elétrica não foram alcançadas. A dificuldade centrou-se principalmente na multiplicidade de prédios que abrigam as Unidades do MF, bem como na distância entre as Unidades, o que dificulta a implantação de mecanismos efetivos de controle dos gastos. Embora tenha sido realizada uma campanha de sensibilização para a redução tanto do consumo de água e quanto de energia elétrica, veiculado no portal da GRA/SC, na *intranet*, não produziu o resultado esperado. Ao analisarmos as razões, verificamos que os servidores da CGU e GRPU/SC não acessam a *Intranet* do Ministério da Fazenda, e os servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional, acessam esporadicamente o portal da GRA/SC. Por outro lado, o portal da GRA foi desativado. Além disso, por falta de recursos orçamentários e financeiros, não foi possível implementar adequações na rede elétrica com vistas a reduzir o consumo de energia.

Registre-se que no próximo exercício estaremos definindo novas estratégias de atuação.

Quanto às metas previstas para redução dos gastos com vigilância e limpeza, não foi possível cumprir, em função do aumento das unidades área, visto criação e instalação de duas novas Procuradorias Seccionais durante o exercício.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos com vistas à implantação da Gestão por competências disponibilizou no Portal da SPOA, o mapeamento das competências dos servidores da SPOA - uma avaliação realizada pela Chefia e outra do próprio servidor. O objetivo da ferramenta era de conhecer o perfil e o comportamento dos servidores do Ministério da Fazenda.

Damos continuidade ao Processo de Certificação da GES PÚBLICA realizamos o curso de Guia de Simplificação de Processos, junto ao núcleo da GES PÚBLICA, em Santa Catarina, o que deu início a padronização dos processos nas áreas de Recursos Humanos e Recursos Logísticos da Gerência. Relativamente à padronização, não foi possível atingir a meta de 70%, prevista inicialmente, em função da falta de pessoal nas áreas, e conseqüente a sobrecarga de trabalho.

2.3. PROGRAMAS

2.3.1. Programa 750 – PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de Programa:	0750 - PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO
Objetivo: Geral:	O objetivo do programa é prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implantação e gestão de seus programas de finalísticos.
Gerente do Programa:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Gerente Executivo:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ Não se aplica a GRA/SC
Público-alvo:	Governo

2.3.1.1 – Principais Ações do Programa

Ação 2000 – Administração da Unidade

O trabalho da GRA está especificamente voltado à execução desta ação. A GRA/SC atua regionalmente na execução de atividades de apoio às unidades da Receita Federal do Brasil, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Gerência Regional do Patrimônio da União e da Controladoria-Geral da União, sediadas em Santa Catarina. Executamos diretamente na Ação MIFAZ recursos no valor de R\$ 1.778.891,78, no custeio da GRA/SC, PFN/SC e suas Procuradorias Seccionais, e indiretamente por meio de rateio despesas a CGU/SC e GRPU/SC.

A execução dessas atividades gera a contratações de bens e serviços, conforme demonstrado na tabela abaixo:

RELAÇÃO DAS LICITAÇÕES REALIZADAS EM 2008							
PROCESSO	MODALIDADE	OBJETO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VLR TOTAL CONTRATO	VRL ECONOMIZADO	PERCENTUAL ECONOMIZADO	EMPRESA CONTRATADA
10983.000051/ 2008-34	Pregão Eletrônico nº 01/2008	Aquisição de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel para os veículos pertencente à GRA/SC, PFN/SC e Unidades Jurisdicionadas, CGU/SC e GRPU/SC, para o exercício de 2007	19.735,00	19.471,30	263,70	1,336	POSTO ALDI LTDA. CNPJ 01.577.127/0001-30 Itens: 16, 17 e 18 R\$ 5.508,70 GEMELLI, GEMELLI & CIA LTDA CNPJ 03.556.616/0001-31 Itens: 13, 14 e 15 R\$ 5.873,60 POSTO IMOLA LTDA CNPJ 05.525.987/0001-81 Itens: 7, 8 e 9 R\$ 3.986,00 AUTO POSTO LUMA LTDA CNPJ 85.246.718/0001-15 Itens: 19, 20 e 21 R\$ 4.103,00
10983.000222/ 2008-25	Pregão Eletrônico nº 02/2008	Aquisição de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel para os veículos pertencente a GRA/SC, PFN/SC e Unidades Jurisdicionadas, CGU/SC e GRPU/SC, para o exercício de 2008	54.997,00	52.879,00	2.118,00	3,851	CARIONI-COMERCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA. CNPJ 82.530,080/0001-51 Itens: 1,2 e 3 R\$ 52.879,00
10983.000175/ 2008-10	Pregão Eletrônico nº 03 (SRP)	Aquisição de cartucho toner original, cor preta, capacidade de impressão de 3000 (três) mil cópias, referência do cartucho 113R00730, para impressora multifuncional phaser 3200MFP da Xerox, para a PFN/SC.	6.879,90	4.050,75	2.829,15	41,122	MARIA APARECIDA RODRIGUES DE OLIVEIRA 05.572.827/0001-93 Item: 1 R\$ 135.025,00
10983.000367/ 2008-26	Pregão Eletrônico nº 04/2008	Aquisição, instalação e garantia de 01 (um) estabilizador eletrônico microprocessado de 40 KVA para a GRPU/SC	19.553,73	19.022,00	531,73	2,719	MARCONI DA SILVA OLGUINS ME CNPJ 91.295.105/0001-70 Item: 1 R\$ 19.022,00

Relatório de Gestão 2008 - GRA/SC

10983.000381/ 2008-00	Pregão Eletrônico nº 05/2008	Prestação de serviços de reparos e adaptações da rede elétrica do imóvel que abriga as instalações da GRPU/SC..	12.245,98	11.000,00	1.245,98	10,175	GR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME CNPJ 06.162.191/0001-74 Item: R\$ 11.000,00
10983.000605/ 2008-01	Pregão Eletrônico nº 06/2008	Aquisição, instalação e garantia de 01 (um) no-break de 10 KVA, 01 (um) controlador de rede sem fio, 02 (dois) pontos de acesso gerenciado 802.11G, e 10 (dez) placas de rede sem fio PCI 802.11/G e 01 (um) servidor de autenticação e DHCP para a PSFN/Itajaí/SC	19.000,00	18.450,00	550,00	2,895	ACR TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME CNPJ 04.192.729/0001-68 Item: 1 R\$ 18.450,00
10983.000623/ 2008-85	Pregão Eletrônico nº 07/2008	Prestação de serviços de reparos e adaptações da rede lógica e elétrica, com fornecimento de mão de obra e materiais, a ser executada no imóvel da PSFN/Itajaí/SC	-	-	-	-	Licitação Deserta
10983.000698/ 2008-66	Pregão Eletrônico nº 08/2008	Aquisição, instalação e garantia de 01 (um) no-break de 5 KVA, 03 (três) estabilizadores de 30 KVA, 01 (um) estabilizador de 15 KVA para a PFN/SC, 01 (um) controlador de rede sem fio, 02 (dois) pontos de acesso gerenciado 802.11G, e 10 (dez) placas de rede sem fio PCI 802.11/G e 01 (um) servidor de autenticação e DHCP para a PSFN/Itajaí/SC	87.500,00	64.385,00	23.115,00	26,417	ATA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP 07.045.469/0001-96 Itens: 1,2 e 3 R\$ 45.970,00 WEIKAN TECNOLOGIA LTDA CNPJ 09.159.503/0001-89 Itens: 4,6 e 7 R\$ 18.415,00
10983.000823/ 2008-38	Pregão Eletrônico nº 09/2008	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de veículos com motorista, para atender as necessidades da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina	-	-	-	-	Item cancelado na aceitação. Valor cotado maior que preço estimado.
10983.000823/ 2008-38	Pregão Eletrônico nº 10/2008	Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de locação de veículos com motorista, para atender as necessidades da Controladoria-Regional da União em Santa Catarina	122.996,40	145.000,00	(22.003,60)	-17,890	ABRIL TOUR VIAGENS E TURISMO LTDA CNPJ 37.287.521/0001-81 Itens: 1 e 2 R\$ 145.000,00

Relatório de Gestão 2008 - GRA/SC

10983.001089/ 2008-24	Pregão Eletrônico nº 11/2008	Prestação de serviços de reparos e adaptações da rede lógica e elétrica, com fornecimento de mão de obra e materiais, a ser executada no imóvel da PSFN/Joinville/SC	-	-	-	-	Item cancelado - Empresas inabilitadas
10983.001037/ 2008-58	Pregão Eletrônico nº 12/2008	Aquisição, instalação e garantia de um no-break de 5 KVA, um estabilizador de 30 KVA, trinta e quatro placas de rede sem fio, dois servidores de autenticação, um controlador de rede sem fio e quatro pontos de acesso gerenciado, Para PSFN/Itajai e PSFN/Joinville.	82.400,00	62.537,00	19.863,00	24,106	WEIKAN TECNOLOGIA LTDA CNPJ CNPJ 09.159.503/0001-89 Itens: 3, 5 e 6 R\$ 27.747,0000 CS INDUSTRIA ELETRONICA LTDA CNPJ 91.821.637/0001-02 Itens: 1 e 2 R\$ 18.790,0000 INES BEATRIZ WARPECHOWSKI PAWLOWSKI CNPJ 97.271.845/0001-53 Item: 4 R\$ 16.000,0000
10983.001089/ 2008-24	Pregão Eletrônico nº 13/2008	Aquisição de material permanente (mobiliário) para a PFN/SC	85.590,92	66.178,42	19.412,50	22,681	MICRO MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA CNPJ 72.348.170/0001-72 Grupo: 1 R\$ 42.931,40 CASA DAS TRALHAS COMERCIAL LTDA CNPJ 85.534.306/0003-30 Grupo: 2 R\$ 23.247,02
10983.001089/ 2008-24	Pregão Eletrônico nº 14/2008	Prestação de serviços de reparos e adaptações da rede lógica e elétrica, com fornecimento de mão de obra e materiais, a ser executada no imóvel da PSFN/Joinville/SC	37.390,80	30.385,00	7.005,80	18,737	GR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME CNPJ 06.162.191/0001-74 Item: 1 R\$ 30.385,00

Relatório de Gestão 2008 - GRA/SC

10983.001344/ 2008-39	Pregão Eletrônico nº 15/2008	Aquisição de material permanente (ar condicionado, tipo split) para o Núcleo da PFN/SC	12.800,00	12.578,00	222,00	1,734	FRATELLI COMERCIO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA CNPJ 09.058.708/0001/78 Item: 1 R\$ 12.578,00
10983.001382/ 2008-91	Pregão Eletrônico nº 16/2008	Aquisição, instalação e garantia de 01 (um) no-break de 5 KVA, 20 (vinte) estabilizadores de 1 KVA, 01 (um) controlador de rede sem fio, 02 (dois) pontos de acesso gerenciado 802.11G, e 19 (dezenove) placas de rede sem fio PCI 802.11/G e 02 (dois) servidores de autenticação e DHCP para o núcleo da PFN/SC.	34.650,00	24.482,86	10.167,14	29,342	PRONTO INFORMATICA LTDA CNPJ 01.369.825/0001-40 Item: 2 R\$ 3.874,00 INFOSTORE INFORMÁTICA LTDA CNPJ 01.885.039/0001-04 Itens: 5 e 6 R\$ 17.760,00 WEIKAN TECNOLOGIA LTDA CNPJ 09.159.503/0001-89 Item: 3 R\$ 2.848,86
10983.001383/ 2008-36	Pregão Eletrônico nº 17/2008	Prestação de serviços de reparos e adaptações da rede lógica e elétrica, com fornecimento de mão de obra e materiais, a ser executada no imóvel do Núcleo da PFN/SC	8.952,00	8.900,00	52,00	0,581	GR SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME CNPJ 06.162.191/0001-74 Item: 1 R\$ 8.900,00
10983.001349/ 2008-61	Pregão Eletrônico nº 18/2008	Aquisição, montagem e garantia de 01 (um) balcão de recepção e 01 (um) balcão de pia para PSFN/Joaçaba e 01 (um) balcão de recepção para PSFN/Chapeco.	-	-	-	-	Licitação Deserta
10983.001364/ 2008-18	Pregão Eletrônico nº 19/2008	Prestação de serviços de vigilância desarmada para PSFN/Chapeco e PSFN/Joaçaba	192.240,00	190.685,00	1.555,00	0,809	INVIOSAT SEGURANÇA LTDA 07.168.167/0001-05 Itens: 1 e 2 R\$ 190.685,00

Relatório de Gestão 2008 - GRA/SC

10983.001367/ 2008-43	Pregão Eletrônico nº 20/2008	Aquisição, instalação e garantia de nove microcomputadores com monitor, quatro impressoras monocromática, um aparelho de ar condicionado, tipo split, um datadot eletrônico/protocoloradora e um bebedouro para a GRPU/SC.	24.065,00	23.843,00	222,00	0,923	COMERCIAL JCA BIAZETTO LTDA CNPJ 08.051.349/0001-64 Itens: R\$ 2.880,00 2 VIMAX DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA CNPJ 09.505.382/0001-80 Itens: 1, 3 e 5 R\$ 20.963,00
TOTAL			820.996,73	753.847,33	67.149,40		
VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL CONTRATO	VALOR TOTAL ECONOMIZADO	PERCENTUAL TOTAL ECONOMIZADO				
820.996,73	753.847,33	67.149,40	8,179				
Observação 1: Os itens 1, 2, 3, 4, 5, 6 10, 11 e 12 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 01/2008 foram cancelados.							
Observação 1: Os itens 4, 5, 6, 7, 8, 9 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 02/2008 foram cancelados.							
Observação 3: Valor Unitário estimado: R\$ 458,66 - Valor Unitário contrato: R\$ 270,05 - Pregão Eletrônico GRA/SC nº 03/2008 (SRP)							
Observação 4: Os itens 2, 3, 4 e 5 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 06/2008 foram cancelados.							
Observação 5: O item 5 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 08/2008 foi cancelado.							
Observação 6: O item 1 e 4 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 16/2008 foram cancelados.							
Observação7: O item 4 do Pregão Eletrônico GRA/SC nº 20/2008 foi cancelado.							

DISPENSA DE LICITAÇÃO SEM CONTRATO INICIADA-FINALIZADA EM 2008				
Nº DISPENSA	DA	Objeto	Empresa Contratada	Valor
Dispensa Licitação 062/2007	de nº	Aquisição de água mineral para a GRA, PFN, CGU e GRPU	DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS CAMBIRELA LTDA	*3.198,70
Dispensa Licitação 06/2008	de nº	Aquisição de Combustível – BLUMENAU	POSTO PATINHO FEIO E VEICULOS LTDA	*3.558,00
Dispensa Licitação 07/2008	de nº	Aquisição de Combustível – CHAPECÓ	POSTO DORIGONI LTDA	*6.732,00
Dispensa Licitação 12/2008	de nº	Aquisição de água mineral para a PSFN/Blumenau	OLIVIO PEDRON	*999,40
Dispensa Licitação 13/2008	de nº	Aquisição de água mineral para a PSFN/Lages	ELBRU COMERCIO LTDA	*972,80
Dispensa Licitação 20/2008	de nº	Aquisição de água mineral para a PSFN/Joinville	CLARITY DIST. PRODUTOS HIGIENE	*1.498,00
Dispensa Licitação 52/2008	de nº	Aquisição de água mineral para a PSFN/Chapecó	DISK AGUA CHAPECÓ COMERCIO DE BEBIDAS LTDA ME	*259,60
Dispensa Licitação 53/2008	de nº	Aquisição de água mineral para a PSFN/Criciúma	RV DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL LTDA	*70,00
OBS: * Os valores são estimativos				

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO SEM CONTRATO INICIADA -FINALIZADA EM 2008			
Nº da Inexigibilidade	Objeto	Empresa Contratada	VALOR
Inexigibilidade de Licitação 006/2007	Pagamento de GRJ para a PFN/SC e PSFN'S	Tribunal de Justiça	*80.000,00
Inexigibilidade de Licitação 007/2007	Fornecimento de água canalizada/esgoto - GRA, PFN, PSFN's, CGU e GRPU	CASAN	*42.000,00
Inexigibilidade de Licitação 008/2007	Fornecimento de energia elétrica para a GRA/SC e PSFN's	CELESC DISTRIBUIÇÃO	*90.000,00
Inexigibilidade de Licitação 011/2007	Fornecimento de energia elétrica para a nova sede da CGU/SC	CELESC DISTRIBUIÇÃO	*1.560,00
Inexigibilidade de Licitação 012/2007	Fornecimento de água canalizada/esgoto para a nova sede da CGU/SC	CASAN	*840,00
Inexigibilidade de Licitação 017/2007	Pagamento laudo avaliação imóveis	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	*30.000,00
Inexigibilidade de Licitação 001/2008	Fornecimento de água canalizada/esgoto para a PSFN/JOAÇABA	SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	*600,00
Inexigibilidade de Licitação 004/2008	Taxa de licenciamento de veículos da GRA, PFN, CGU e GRPU	DETRAN	*1.000,00

Inexigibilidade de Licitação nº 002/2008	Taxa de coleta de resíduos do imóvel da CGU - Beira Mar	Prefeitura Municipal de Florianópolis	*1.000,00
Inexigibilidade de Licitação nº 009/2008	Despesas de condomínio Juizado Esp. Federal e Núcleo Contadoria PFN/SC	Condomínio Edifício Espaço Capital	*3.800,00
Inexigibilidade de Licitação nº 007/2008	Pagamento do IPTU do Edifício Espaço Capital	Prefeitura Municipal de Florianópolis	*1.600,00
OBS: * Os valores são estimativos			

Atendemos, de acordo com as especificações e disponibilidade orçamentária e financeira, as solicitações das Unidades. Tal atendimento nem sempre ocorreu em tempo hábil, quando a solicitação foi para aquisição de bens e serviços, uma vez que a disponibilização de recursos no último trimestre ocorreu em um prazo exíguo para a realização das licitações, embora não tenha sido um fator impeditivo, pois foi possível realizar o atendimento.

Realizamos o atendimento de solicitações de veículos oficiais. Os serviços de transporte foram utilizados para as seguintes finalidades:

- Entrega e recolhimento de documentos fora da unidade;
- Transporte de funcionários em serviço;
- Transporte de materiais diversos;
- Recolhimento de correspondências pelos Correios.

Até o primeiro semestre de 2008, ainda tivemos dificuldade em atender a demanda da CGU/SC, no que se refere à liberação de veículos e motoristas, quando da realização das Auditorias fora da Sede. A partir do segundo semestre, tal dificuldade foi sanada com a realização do Pregão para locação de veículos para aquela Unidade.

Salientamos também que por falta de recursos orçamentários e financeiros não houve, até o momento, renovação da frota de veículos oficiais, e mesmo com manutenção preventiva, temos dificuldades em disponibilizar veículos para viagens.

A GRA conta apenas com 1 motorista, número insuficiente para atender as Unidades.

Na área de licitações e contratos procedemos ao acompanhamento dos contratos vigentes, e conseguimos a dispensa de reajustes contratuais. Em alguns contratos tivemos significativa redução de custos.

Adquirimos material permanente para a Procuradoria da Fazenda Nacional, Gerência Regional do Patrimônio da União e Controladoria-Geral da União e Gerência Regional de Administração do MF/SC, conforme tabela de licitações acima.

Realizamos novas contratações, bem como encerramos contratos que findaram no exercício conforme abaixo demonstrado.

CONTRATOS INICIADOS EM 2008			
Nº do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Valor Mensal (R\$)
001/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Posto Ìmola Ltda	* 3.986,00
002/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Posto Aldi Ltda	* 5.508,70
003/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Gemelli, Gemelli & Cia Ltda	*5.873,60
004/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Auto Posto Luma Ltda	*4.103,00
005/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Carioni Comércio Varejista de Combustíveis Ltda	*52.879,00
006/2008	Fornecimento e garantia de 01 estabilizador para a GRPU/SC	Marconi da Silva Oliguins ME	19.022,00
007/2008	Locação de imóvel para abrigar as instalações da PSFN/CRICIUMA/SC	Góes Empreendimentos Imobiliários e Cobrança de Títulos Ltda	3.000,00
008/2008	Fornecimento e garantia de 01 nobreak para a PSFN/ITAJAI/SC	ACR Tecnologia e Serviços Ltda ME	18.450,00
009/2008	Reparos na rede elétrica da GRPU/SC	GR Serviços Elétricos Ltda ME	11.000,00
010/2008	Locação de imóvel para abrigar as instalações do Juizado Especial Federal e Contadoria da PFN/SC	Koesa Construção e Incorporação Ltda	8.980,00
011/2008	Aquisição de 01 nobreak 5 kva, 3 estabilizadores 30 kva, 01 estabilizador 15 kva, para a PFN/SC	ATA Sistemas de Energia Ltda	45.970,00
012/2008	Fornecimento e garantia de 10 placas de rede sem fio e 2 pontos de acesso para a PFN/ITAJAI/SC	Weikan Tecnologia Ltda	18.415,00
013/2008	Locação de Veículos com motoristas para a CGU/SC	Abril Tour Viagens e Turismo Ltda	*79.999,20
014/2008	Fornecimento e garantia de mobiliário para escritório para a PFN/SC e Unidades Jurisdicionadas	Micro Móveis e Decorações LTDA	42.931,00
015/2008	Fornecimento e garantia de mobiliário para escritório para a PFN/SC e Unidades Jurisdicionadas	Casas das Tralhas Ltda	23.247,02
016/2008	Distribuição de Publicidade Legal	Empresa Brasileira de Comunicação – EBC	*7.800,00

017/2008	Malote	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT	*300,000,00
018/2008	Fornecimento e garantia de 01 Nobreak e 01 estabilizador para a PSFN/Joinville	CS Industria Eletrônica Ltda	18.790,00
019/2008	Fornecimento e garantia de 34 placas de rede sem fio, 04 pontos, 01 controlador de rede PSFN/JOI	Weikan Tecnologia Ltda	27.742,00
020/2008	Garantia de 02 servidores de autenticação para a PSFN/Joinville	Ines Beatriz W. Pawlowski	16.000,00
021/2008	Reparos e adaptações na rede lógica e elétrica da PSFN/JOINVILLE/SC	GR Serviços Elétricos Ltda ME	30.385,00
022/2008	Fornecimento de energia elétrica horo-sazonal para a GRPU/SC	CELESC Distribuição S/A	180.000,00
023/2008	Fornecimento de energia elétrica horo-sazonal para a PFN/SC e CGU/SC	CELESC Distribuição S/A	216,000,00
024/2008	Serviço de Vigilância e Segurança Desarmada para a PSFN/CHAPECÓ/SC e PSFN/JOAÇABA/SC	ONDREPSB Serviços de Guarda e Vigilância Ltda	15.994,00
025/2008	Fornecimento e Garantia de 09 microcomputadores para a GRPU/SC	VIMAX Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda ME	17.820,00
026/2008	Fornecimento e Garantia de 04 impressoras para a GRPU/SC	JCA iazetto Ltda Me	2.880,00
Ata de registro de preço nº 001/2008	Fornecimento de cartucho de toner	Maria Aparecida Rodrigues de Oliveira	270,05 (valor unitário)

OBS: * Valor estimativo

CONTRATOS FINALIZADOS EM 2008			
Nº do Contrato	Objeto	Empresa Contratada	Valor Mensal (R\$)
001/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Posto Ìmola Ltda	* 3.986,00
002/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Posto Aldi Ltda	* 5.508,70
003/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Gemelli, Gemelli & Cia Ltda	*5.873,60
004/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Auto Posto Luma Ltda	*4.103,00
005/2008	Aquisição de Combustível para a frota de veículos oficiais da GRA/SC, PFN/SC e PSFN's, CGU/SC, GRPU/SC, em trânsito nas cidades das Unidades	Carioni Comércio Varejista de Combustíveis Ltda	*52.879,00
007/2008	Locação de imóvel para abrigar as instalações da PSFN/CRICIUMA/SC	Góes Empreendimentos Imobiliários e Cobrança de Títulos Ltda	3.000,00
009/2008	Reparos na rede elétrica da GRPU/SC	GR Serviços Elétricos Ltda ME	11.000,00

024/2008	Serviço de Vigilância e Segurança Desarmada para a PSFN/CHAPECÓ/SC e PSFN/JOAÇABA/SC	ONDREPSB Serviços de Guarda e Vigilância Ltda	15.994,00
11/2003 ECT - 89600-0011	Malote (Serca)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	*3.964,00
79/2003 ECT - 89200-0079	Malote (Serca)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	*3.964,00
144/2003 ECT - 88000-0144	Malote (Serca)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	*3.964,00
146/2003 ECT - 88000-0146	Malote (Serca)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	*3.964,00
369/2003 ECT - 89100-0369	Malote (Serca)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT	*3.964,00
021/2000 GRA/PR	Locação PSFN/Chapecó – Fundaf	MERINVEST S/A	1.204,08
004/2005	Locação PSFN/Joaçaba - Sala 303- Tesouro Sala 304 – Fundaf	Cristine Batista Cury	855,57
009/2005	Fornecimento de energia elétrica para a PFN/SC e GRPU/SC	Celesc S/A	*120.000,00
010/2007	Prestação de serviços de distribuição de publicidade legal	RADIOBRÁS	*1.200,00
017/2007	Prestação de Serviço de Vigilância e Segurança	TGL Vigilância e Segurança Ltda	*15.045,67
Ata de registro de preço nº 001/2008	Fornecimento de cartucho de toner	Maria Aparecida Rodrigues de Oliveira	270,05 (valor unitário)

OBS: * Valores estimativos

Destacamos ainda no Serviço de Recursos Logísticos, o atendimento realizado pelo Protocolo, para as Unidades e Cidadãos Usuários.

ASSUNTO	QUANTIDADE	
	2007	2008
ALTERAÇÕES CADASTRO PROCESSOS	54	10
ATENDIMENTO CLIENTE (PROTOCOLO)	2478	2.878
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL: GRA, PFN e JURISDICIONADAS; DRJ; CGU; DPU; AGU; E DRFs/SC.	37	
ETIQUETAS ARQUIVO (exercício 2007)	4260	-
ETIQUETAS ARQUIVO (exercício 2008)	1800	5.800
ETIQUETAS DE CONTINGENCIA (exercício 2008)	670	560
JUNTADAS	13	08
MEMORANDOS EXPEDIDOS	478	438
MOVIMENTOS PROCESSOS CANCELADOS	1287	90
PROCESSOS CADASTRADOS	1786	2.247
PROCESSOS REGISTRADOS (AGU,CGU e DPU)	37	54
RECADASTRAMENTO PENSIONISTA / GRA/SC	325	331
RECADASTRAMENTOS APOSENTADOS/GRA/SC	382	360
RECADASTRAMENTOS DE OUTRAS UPAGs	178	159
REs EXPEDIDAS	367	359

RMs CANCELADAS	330	35
RMs EXPEDIDAS	267	671

Relativamente à área financeira, realizamos o acompanhamento a execução dos recursos por Plano Interno, Natureza da Despesa e Fonte de Recursos, provisionados para a UG; o ingresso e a utilização dos recursos pelas Unidades da CGU, GRPU e GRA. Realizamos também o controle mensal dos pagamentos efetuados referentes às despesas contratuais a fim de evitar falta de pagamento de fornecedor, bem como o pagamento de juros e demais acréscimos provenientes de atrasos.

No que concerne à área de pessoal, destacamos ainda como serviços prestados à sociedade e aos Órgãos Jurisdicionados e outros, administração e manutenção da folha de pagamento de pessoal da PFN/SC, e o recadastramento de 100% dos aposentados e pensionistas, bem como o atendimento das demandas da AGU e cumprimento de 100% das Ações Judiciais.

Além destes, outros serviços prestados pela Gerência foram de extrema relevância, uma vez que foram disponibilizados para possibilitar que as Unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional, Receita Federal, Patrimônio da União e Controladoria-Regional Geral da União, sediados em Santa Catarina, executassem suas atividades.

Ação 4572 – CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Ação- 4572	CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO
Objetivo: Geral:	Esta ação tem por finalidade promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional. Refere-se à realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Público-alvo:	Servidores

Na Ação acima capacitamos os servidores abaixo elencados:

Período	Evento	Local de realização	Participantes	Custo R\$
MAIO	Teleconferência sobre aposentadorias	Centro de Treinamento da ESAF, Curitiba/PR	Ana Cristina Bender Poluceno Lindalva de Almeida Nascimento	646,71
30 e 31/07/08	Seminário Sobre IN/02/MPOG	Escola de Administração Fazendária, em Brasília	Márcia Deucher	1.796,37
18 e 20/8/08	Palestra sobre o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC	Lindalva de Almeida Nascimento	Sem custo
18 a 21/08/09	Workshop “Análise e Melhoria de Processos/GESPÚBLICA	Procuradoria da Fazenda Nacional – PFN/SC	Ana Cristiana Bender Poluceno Ana Lucia Lima Pascotto Alexandre Pereira Belmonte Agenor Pinto Edina Orsi Castanhel Jose Nilson Fernandes Márcia Deucher Maria Lucia Gonçalves de Aquino Marcelo Luis Aguiar Orlando Maritns Filho Ronaldo Pinto da Silva Venilton Jose de Ávila	Sem custo
15 a 19/09/08	Formação de Multiplicadores em Gestão de Pessoal	Centro de Treinamento da Esaf em Curitiba/PR	Luisa de Souza Henke Lindalva de Almeida Machado	2.099,82
22 a 26/09/08	Formação de Multiplicadores em Gestão de Pessoal	Centro de Treinamento da Esaf em São Paulo / SP	Edna de Carvalho	931,51
30/9 a 3/10/08	Gestão e Fiscalização de Contratos	Centro de Treinamento da Esaf em Curitiba/PR	José Nilson da Silva Fernandes	1.281,34
23/10/08	Minicurso Estágios – Proposições da Nova Lei	Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Maria Lucia Gonçalves de Aquino	Sem custo
28 a 31/10/08	I Encontro Nacional de Atenção à Saúde do Servidor – Convocação	Hotel Nacional – Brasília / DF	Maria Lucia Gonçalves de Aquino	1.674,84
06 e 07/11	Encontro de ouvidores do MF	Assembléia Legislativa do Estado Do Rio Grande Do Sul	Maria Eliete Freitas	1.217,81
15 a 18/12/08	Encontro de Gerentes de Recursos Humanos – Convocação	Hotel Nacional – Brasília/DF	Maria Lucia Gonçalves de Aquino	

AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA

Ação 2004	Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
Objetivo: Geral:	Esta ação tem por finalidade “Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental” e refere-se à concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Público-alvo:	Servidores e seus dependentes, e pensionistas

Na Ação 2004 realizamos o atendimento via Junta Médica aos servidores do Ministério da Fazenda e de Outros órgãos e Ministérios, conforme descrito abaixo:

- ATENDIMENTOS VIA JUNTA MÉDICA
 - ART. 202 – Média de 800 Homologações
 - ART. 204 – Média de 250 Homologações – JUNTA MEDICA
 - ART. 207 – – Média de 25 Homologações – LICENÇA GESTANTE
 - ART. 83 – – Média de 90 Homologações - JUNTA MEDICA
 - ISENÇÃO DE IRRF – MÉDIA DE 15 – JUNTA MEDICA
 - REMOÇÃO – 03 – JUNTA MEDICA
 - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – 05 – JUNTA MEDICA
 - EXAME ADMISIONAL – 30 – MÉDICO OFICIAL
 - REVERSÃO DE APOSENTADORIA – 03 – JUNTA MEDICA
 - DESIGNAÇÃO DE BENEFICIÁRIO – 02 – JUNTA MEDICA
 - ANISTIA POLITICA – 02 – JUNTA MEDICA

- ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO

Média de 1.200 Atendimentos

- ÓRGÃO ATENDIDOS PELO SERVIÇO MÉDICO
 - Delegacia da Receita Federal de Julgamento
 - Ministério da Agricultura
 - IBAMA
 - ANTAQ.
 - DNPM
 - Advocacia Geral da União
 - Procuradoria Federal
 - Gerencia Regional do Patrimônio da União
 - Controladoria Geral da União
 - POLICIA MILITAR DE SC
 - Ministério da Educação e cultura
 - Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul

A GRA/SC não efetua o pagamento da folha de pessoal, mas realiza a manutenção da folha de pagamento de seus servidores bem como dos servidores da Procuradoria da Fazenda Nacional junto ao SIAPE.

Assim nas ações abaixo, que tratam dos benefícios dos servidores e seus dependentes, foram mantidos/concedidos:

AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ ESCOLA

Ação 2010	Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
Objetivo: Geral:	Esta ação tem por finalidade oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10/11/1993. Refere-se à concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/1993.
Público-alvo:	Servidores e seus dependentes.

NAT. DESPESA	NOME BENEFÍCIO	VALOR PAGO NO EXERCÍCIO
3.3390.08.55	AUXILIO-CRECHE - ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	16.362,00

AÇÃO 2011 – AUXILIO TRANSPORTE

Ação 2011	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
Objetivo: Geral:	Esta ação tem por finalidade pagamento de Auxílio-Transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/1985 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Público-alvo:	Servidores.

Nesta ação foram mantidos/concedidos aos servidores, no exercício de 2008, benefício Auxílio Transporte no valor de:

NAT. DESPESA	NOME BENEFÍCIO	VALOR PAGO NO EXERCÍCIO
3.3390.49	AUXILIO TRANSPORTE	66.535,06

AÇÃO 2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Ação 2012	Auxílio-alimentação aos Servidores e Empregados
Objetivo: Geral:	Esta ação tem por finalidade a concessão do auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório, de acordo com a Lei nº 9.527/1997.
Público-alvo:	Servidores

Nesta ação foram concedidos /mantidos aos servidores, no exercício de 2008, benefícios de Auxílio Alimentação no valor de:

NAT. DESPESA	NOME DO BENEFÍCIO	VALOR PAGO NO EXERCÍCIO
3.3390.46	INDENIZACAO AUXILIO ALIMENTACAO	202.132,78

2.4. PROGRAMAS E RECURSOS ESPECÍFICOS DAS ATIVIDADES FINIS EXECUTADOS PELA GRA/SC

2.4.1. Programa 775 - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL

Tipo de Programa:	Programa - 775- PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS E DEFESA DA FAZENDA NACIONAL
Objetivo: Geral:	O objetivo do programa é aumentar a recuperação dos créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União, em matéria fiscal.
Gerente do Programa:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Gerente Executivo:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ Não se aplica a GRA/SC
Público-alvo:	Governo

Na Ação PGFN, relativo ao programa acima mencionado, executamos R\$ 2.283.347,06, no custeio da Procuradoria da Fazenda Nacional em Santa Catarina e suas Seccionais sediadas no interior do Estado.

2.4.2. Programa 0794 – PROGRAMA DE GESTAO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Tipo de Programa:	Programa 0794 – PROGRAMA DE GESTAO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
Objetivo: Geral:	Objetivo do programa é conhecer, zelar e garantir que cada imóvel da União cumpra sua função sócio-ambiental em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para a Nação.
Gerente do Programa:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Gerente Executivo:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ Não se aplica a GRA/SC
Público-alvo:	Governo

Executamos Recursos na ação MIFAZ, referente a este programa, no valor de R\$ 535.890,91. Os referidos recursos foram utilizados no custeio da Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, bem como em gastos com atividades específicas daquela Unidade.

2.4.3. Programa 1173 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS

Tipo de Programa:	Programa 1173 - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO ADMINISTRATIVA DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS
Objetivo: Geral:	O objetivo do programa é desenvolver as atividades do sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em cumprimento ao disposto nos artigos 70e 74 da CF DE 1988, assim como aprimorar e fortalecer as atividades de investigação, apuração e repressão das irregularidades no Poder Executivo e intensificar o combate à corrupção e ao desperdício de recursos públicos
Gerente do Programa:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Gerente Executivo:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ Não se aplica a GRA/SC
Público-alvo:	Governo

Na ação ZRARP, referente a este programa executamos R\$ 874.107,07, recursos estes utilizados para Custeio da Controladoria Geral da União em Santa Catarina.

2.5. DESEMPENHO OPERACIONAL

A GRA/SC vem buscando um melhor desempenho operacional, via revisão dos macrofluxos de processos, padronização dos procedimentos, e melhoria dos serviços prestados. A análise dos indicadores, abaixo relacionados, demonstra a eficácia, eficiência e efetividade que tange ao desempenho da Unidade.

Tempo médio de atendimento de Recursos Humanos	Reduzimos o tempo médio de atendimento das demandas de Recursos Humanos , mantendo o mesmo quantitativo de servidores, o que resultou em melhoria no atendimento das unidades jurisdicionadas.
Não conformidade de atendimento Recursos Humanos	Reduzimos a não conformidade dos processos na área de recursos humanos, gerando maior agilidade, na tramitação do processo.
Tempo médio de atendimento de recursos Logísticos	Reduzimos o tempo médio de atendimento das demandas de Recursos Logísticos.
Não conformidade no atendimento das demandas de Recursos Logísticos	Reduzimos a não conformidade no atendimento das demandas de Recursos Logísticos
Índice de retrabalho em Recursos Logísticos	Reduzimos o índice de retrabalho em Recursos Lógicos
Percentual de satisfação das Unidades usuárias.	Aplicamos a pesquisa de satisfação nas Unidades, mas devido ao número reduzido de respostas não foi possível definir o nível de satisfação ou insatisfação. No próximo exercício estaremos revendo a metodologia aplicada.
Nº de projetos de responsabilidade sócio ambiental implantados	Planejamos implantar 5 dos projetos sócio ambientais definidos pelo Subcomitê de Planejamento. Implantamos o projeto de reciclagem do Lixo, através do Convênio firmado entre a GRA e a Associação dos Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), com objetivo de destinar à Associação, os materiais recicláveis descartados, produzidos nas dependências dos prédios administrados pela GRA/SC, em Florianópolis/SC.
Percentual da força de trabalho	Tivemos o acréscimo de 01 servidor em 2008.
Número de consultas aos sistemas de Comunicação.	Foi divulgado o Portal da GRA/SC a todos os usuários, o que implicou na ampliação das informações da GRA/SC
Orçamento programado/orçamento realizado	Realizamos 100% do orçamento programado

Damos continuidade a execução do Projeto Bem Viver, que beneficia servidores ativos inativos e pensionistas, e a sociedade em geral, implementando as seguintes ações:

30 de Maio	Realizado Café da manhã em comemoração ao dia das mães.
12 de junho	Realização de palestra sobre doenças sexualmente transmissíveis realizada pela Dra Cristiane, do CEPON
16 a 27 de junho	Divulgação da Campanha do Agasalho em benefício das crianças do Hospital Infantil.
25 de julho	Realizado café colonial na sala do serviço de Recursos Humanos
8 de agosto	Realizado Café da tarde na sala do RH, em comemoração ao dia dos Pais
26 de agosto	Realização da palestra sobre Coleta Seletiva do Lixo, pela COMCAP/Prefeitura Municipal de Florianópolis, com os servidores da GRA, no dia.
26 de setembro	Realização de confraternização – Café colonial no SRH.-
24 de outubro	Realização do Prêmio Desempenho Funcional 2008, na sede Recreativa da ASSEFAZ, na sede recreativa da Assefaz, na Lagoa da Conceição.
24 de outubro	Mostra de trabalhos artesanais no rol de entrada da sede da Assefaz, durante o Prêmio Desempenho Funcional
31 de outubro	Almoço de confraternização realizado na sala cedida à ESAF
	Campanha ajuda aos desabrigados das enchentes de SC.
6 a 10 de outubro	Campanha de arrecadação de brinquedos “DIA DAS CRIANÇAS” em benefício das crianças do Lar São Vicente de Paulo e o Centro de Educação Infantil Girassol.
15 a 18 de Dezembro	Campanha de Natal, arrecadação de brinquedos e material escolar, em benefício das crianças carentes do hospital infantil Joana Gusmão.
18 de dezembro	Confraternização de natal realizado na casa do servidor Wolney.

2.5.1. EVOLUÇÃO DE GASTOS GERAIS

No que tange a evolução dos gastos, houve acréscimo no volume de gastos em função do crescimento das Unidades da Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como dos reajustes contratuais. Quanto ao gasto com Suprimento de fundos, houve redução em 2008, decorrente das Portarias CGU nº 539, de 15.04.2008, DOU de 06.05.2008, S. 1, p. 2) – para supridos da CGU-R/SC e Portaria MF nº 147 de 17/07/08 (DOU de 21/07/08, S. 1, p. 10) – para supridos do Ministério da Fazenda (GRA e Procuradorias da Fazenda), as quais limitam os valores dos saques com cartão corporativos.

Quanto aos gastos com publicidade, a limitação de recursos orçamentários e financeiros, levou a redução do número de licitações, incorrendo em redução na publicação de editais.

Houve redução nos gastos com diárias e passagens na GRA/SC, em relação a 2006. Em 2006 a GRA/SC estava em fase de reestruturação, recebendo as atividades que até então se encontravam na GRA/PR, o que demandou a necessidade de capacitar os servidores para desempenhar as novas funções, incorrendo em gastos com diárias e passagens. Nos anos

seguintes, a capacitação ficou restrita a setores que demandavam atualização de legislação e encontros de áreas.

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006 (R\$)	2007 (R\$)	2008 (R\$)
1-PASSAGENS-			
GRA/SC	28.511,34	4.276,79	8.023,07
PFN/SC	44.488,73	20.709,18	28.694,07
2- DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGEM			
GRA	34.684,70	13.515,25	20.032,86
PFN	68.102,26	56.676,29	28.694,07
3- SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1-Publicidade	30.376,46	41.020,67	26.222,50
3.2-Vigilância, Limpeza e Conservação	62.727,28	70.976,37	69.836,37
3.3- Tecnologia da informação			
3.4- Outras Terceirizações	58.840,86	68.655,22	76.953,79
3.5- Suprimento de fundos via cartão corporativo	49.583,34*	63.868,60*	17.362,00*
TOTAIS	377.314,97	339.516,37	239.101,59

*Na despesa referente à Suprimento de Fundos com cartão Corporativo, estão incluídos despesas da CGU/SC, PFN/SC e GRA/SC

3. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSO

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

	2006	2007	2008
RPNP INSCRITOS	184.107,74	601.360,90	881.965,21
RPNP PAGOS	482.318,82	136.942,45	534.681,04

4. DEMOSNTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS)NO EXERCÍCIO

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

5. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

6. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

7. RENUNCIA TRIBUTÁRIA

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

8. DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFÍCIOS DIRETOS DE RENUNCIA

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJa

9. OPERAÇÃO DE FUNDOS

Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ

10. DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

Com a publicação do Decreto n ° 5.355, de 25.01.2005, publicado no DOU de 26.01.2005, foi instituída a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF, pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, para pagamento de despesas realizadas com compra de material, prestação de serviços e diária de viagem a servidor, nos estritos termos da legislação vigente, ficou regulada por este Decreto.

CPF - SUPRIDO	EX. 2006 (R\$)		EX. 2007 (R\$)		EX. 2008 (R\$)	
	SAQUE	FATURAS	SAQUE	FATURAS	SAQUE	FATURAS
00428569900 - MARIA FERNANDA PACHECO VAZ WOLFF	1.427,00	317,02	688,00	50,00		
00662229665 - DEBORAH CRISTINA GARCIA DA SILVA					8,00	840,05
01804166936 - JOAO MARCELO MARTINS	1.438,00		2.970,00	1.886,84	526,00	253,30
03286527920 - LEILA DE BOIT CASSETTARI	624,00	377,11				
03328473220 - JOSE NILSON DA SILVA FERNANDES	5.633,00	16,05	5.218,00	293,57	165,00	84,10
04417533962 - RENATA REINALDO SELINGER			528,00	132,85		

5808 - ELISABETE FOGAR LOPES	2.178,00	517,46	1.497,00	376,58	256,00	103,96
17929857972 - JAISON SENA	438,00				700,00	
24632678953 - EMIR GERALDO DAMIANI			1.740,00	256,91		
37836170900 - ROSELI GILDA DE CYSNE MESSINA						23,00
38383250010 - CARLOS ALBERTO RAMBO						40,00
41829786091 - FLAVIO PERES PEREIRA	1.559,33		1.205,00		189,00	202,60
45646015049 - GABRIEL PIRES DE MORAES						505,45
46188541972 - MARCOS RAMOS SARMENTO	9.316,00	3.782,35	15.309,00	7.071,87	972,00	505,63
49428691968 - MARCELO LUIZ AGUIAR	11.110,00	38,85	10.349,00		360,00	
51399822772 - EDUARDO CEZAR ANDRADE COSTA	679,00	511,37				
59893494087 - LUSMERI CARBONI FREITAS	1.594,00	523,38	297,00	40,00	850,00	13,50
60524146934 - LISAINE TEREZINHA SCHMITZ	1.580,00		222,00	20,00		
62522698087 - FABIO FERNANDES MASSARO					120,00	301,90
63234270015 - CAETANO ROSSATO RABELO	679,00	627,85	2.400,00	66,90		
66171024953 - MARIO CELIO DA SILVA	1.581,00	73,00	712,00	1.087,01	460,00	1.624,16
66681162487 - MARCELO CAMPOS DA SILVA	642,00				325,00	371,44
69081948091 - GUILHERME GONCALVES CARDOSO			3.206,00	718,53		527,29
81856300978 - TITO PABLO STOLF	285,00	166,63	420,00	6,00	485,00	109,34
90563034734 - FERNANDO RODRIGUES JOAO JUNIOR					1.200,00	1.699,15
92494307015 - LEANDRO GARCIA MACHADO			1.550,00	664,65	80,00	1.564,96
94502390968 - JULIANE GARGHETTI	1.869,00		1.580,00	1.305,89	1.400,00	497,00
TOTAL (R\$)	42.632,33	6.951,07	49.891,00	13.977,60	8.096,00	9.266,83

Quanto aos limites do Cartão corporativo, o auto-atendimento do Banco do Brasil não guarda registro dos limites de exercícios anteriores dos supridos. Assim sendo, o limite exposto abaixo se refere aos valores atuais..

Tomei a seguinte decisão, consultei no SIAFI todas as concessões e relacionei abaixo como sendo os limites concedidos no exercício de 23008. Segue abaixo planilha.

Limite de utilização total da UG: 170166	160.000,00
Natureza dos gastos permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador	

Portador	Limite
CAETANO ROSSATO RABELO	3.000,00
CARLOS ALBERTO RAMBO	6.000,00
DEBORAH CRISTINA GARCIA DA SILVA	4.049,75
ELISABETE FOGAR LOPES	1.900,00
FABIO MASSARO	1.500,00
FERNANDO RODRIGUES JOÃO JUNIOR	9.992,05
FLAVIO PERES PEREIRA	3.500,00
GABRIEL PIRES DE MORAES	5.003,20
GUILHERME GONÇALVES CARDOSO	7.000,00
JAINSO SENA	3.500,00
JOÃO MARCELO MARTINS	4.356,00
JOSE NILSON DA SILVA FERNANDES	1.350,90
JULIANE GARGHETTI	3.100,00
LEANDRO MACHADO	7.920,00
LUSMERI CARBONI DE FREITAS	2.350,00
MARCELO CAMPOS DA SILVA	4.675,00
MARCELO LUIZ AGUIAR	1.554,00
MARCOS SARMENTO	2.000,00
MARIO CELIO DA SILVA	8.297,00
RENATA SELINGER	1.000,00
ROSELI MESSINA	1.800,00
TITO PABLO STOLF	3.500,00

11. RECOMENDAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Relatório N° 208874

1.1 TENS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA:

1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (003) - Pagamento indevido de Auxílio-transporte

RECOMENDAÇÃO: 001 - Providenciar planilha de cálculo com a demonstração dos valores pagos indevidamente aos servidores Mat. Siape n° 102861 e 59884 a título de Auxílio-Transporte para o correspondente ressarcimento de acordo com a Lei n°8.112/90.

RECOMENDAÇÃO: 002 - Tendo em vista a transferência de Unidade Pagadora dos referidos servidores já a partir de novembro/07, encaminhar expediente de comunicação, contendo todas as informações referentes aos respectivos débitos para que a nova UPAG adote os procedimentos necessários com vistas ao ressarcimento ao erário.

RECOMENDAÇÃO: 003 - Promover a verificação da conformidade do pagamento de Auxílio transporte aos demais servidores a partir dos dados informados no respectivo requerimento para o benefício.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o n° correspondente ao posicionamento

(
(X) 1) Concordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação,

Esclarecimentos da GRA/SC: Foram providenciadas as recomendações acima.

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.
Prazo limite de implementação da etapa 1: Resposta GRA/SC: CONCLUIDO
Prazo limite de implementação da etapa 2: Resposta GRA/SC: CONCLUIDO
Prazo limite de implementação da etapa n:3 Resposta GRA/SC: CONCLUIDO

1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (023) - Inexistência de ressarcimento ao Erário referente a pagamento indevido benefício Montepio Civil.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente dando conhecimento a esta CGU das providências adotadas.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o n°

correspondente ao posicionamento

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Esclarecimentos da GRA/SC – Após o processo voltar da PFN/SC, iniciamos a reposição ao erário na Folha do Instituidor Carlos Heitor Dutra Brandão, a partir de abril/2008.

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Prazo limite de implementação da etapa 1: CONCLUIDA

Prazo limite de implementação da etapa 2: CONCLUIDA

Prazo limite de implementação da etapa 3: CONCLUIDA

1.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (019) - Aquisição por inexigibilidade de licitação sem justificativa técnica

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a Unidade exija justificativa técnica por parte do solicitante sempre que o objeto da licitação incluir "bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas", conforme determina a Lei 8.666/93, em seu Art. 7º, § 5º.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos também a realização de novo procedimento licitatório caso não seja apresentada, por parte do solicitante, a justificativa técnica requerida pela Lei, tendo em vista também ao atendimento da real necessidade do solicitante, expressa pelo documento não numerado, de 24/jan/2008, às fls. 68 do Processo 10983.001439/2007-71.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o

acompanhamento.

Esclarecimentos da GRA/SC: Foram providenciadas as recomendações acima, Unidade requisitante encaminhou Justificativa Técnica, conforme comunicação a essa Controladoria, através do Ofício nº GRA/SC nº 335 de 31/07/2008.

Prazo limite de implementação da etapa 1: CONCLUÍDO

Prazo limite de implementação da etapa 2: CONCLUÍDO

Prazo limite de implementação da etapa n: CONCLUÍDO

1.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (020) - Ausência de documento fiscal emitido por fornecedor e de atesto de recebimento de serviço

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a Unidade corrija a ausência de documentação necessária para seus processos de pagamento 10983.000371/2007-11, 971/2007-71, 791/2007-90 e 1003/2007-82, de forma a atender à composição determinada pelos Art. 62 e 63 da Lei 4.320/64.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Esclarecimentos da GRA/SC : Esta Gerência remeteu Ofício GRA/SC-SPOA/SE-MF nº 151/2008 (cópia enviado a essa controladoria através do Ofício GRA/SC/SPOA/SE-MF nº 157/2008), a Caixa Econômica Federal, prestadora dos serviços de avaliação de imóvel, consultando sobre emissão de documento de cobrança para os serviços prestados. Estamos constantemente cobrado daquele Órgão sua manifestação sobre o caso. Aguardamos ainda para este mês um resposta daquela Instituição.

Prazo limite de implementação da etapa 1: 30/09/2008

Prazo limite de implementação da etapa 2: 30/09/2008

Prazo limite de implementação da etapa n: 30/09/2008

1.1.4.6 CONSTATAÇÃO: (030) - Falha no registro de campos de informação do sistema SIAFI na emissão de empenhos

RECOMENDAÇÃO: 001

Para os casos que se refiram a serviços continuados e que deverão ter empenhos correspondentes emitidos em 2008, recomendamos que a Unidade retifique o sistema

SIASG, com a correta indicação dos campos "Amparo Legal" e "Inciso", objetivando a correta emissão dos novos empenhos.

RECOMENDAÇÃO: 002

Recomendamos que a Unidade revise os seus procedimentos de controle interno de forma a possibilitar efetivo atesto de fidedignidade das informações constantes das notas de empenho quando de sua emissão.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Esclarecimento da GRA/SC : Tentou-se efetivar-se as alterações recomendadas via SIAFI e SIASG, não foi permitido, estamos encaminhando expediente a Seção de Tecnologia e Informática do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, para verificar a possibilidade de que aquela Secretaria, promova as alterações recomendadas;

Prazo limite de implementação da etapa 1: 30/10/2008

Prazo limite de implementação da etapa 2: 30/10/2008

Prazo limite de implementação da etapa n: 30/10/2008

1.1.5.1 CONSTATAÇÃO: (014) - Contrato para serviços de vigilância com valores acima dos limites definidos em Portaria

RECOMENDAÇÃO: 001

Recomendamos que a Unidade revise os seus procedimentos de controle interno de forma a possibilitar maior tempestividade no atendimento de renegociações contratuais decorrentes de determinações da legislação aplicável.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: assinale abaixo o nº correspondente ao posicionamento

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

No caso de concordância parcial ou discordância da recomendação, justifique:

Providências a serem Implementadas

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na

recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.

- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

Justificativa DRL/GRA/SC: Foram providenciadas as recomendações acima, assinado Termo Aditivo nº 07/2008, repactuando os valores a partir de 01/01/08, valores pagos a maior foram recolhidos.

Prazo limite de implementação da etapa 1: CONCLUÍDO

Prazo limite de implementação da etapa 2: CONCLUÍDO

Prazo limite de implementação da etapa n: CONCLUÍDO

12. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.

Não houve determinações do TCU para a Unidade no Exercício

13. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão		
Desligamento		
Aposentadoria	02	02
Pensão	07	07

Não há divergências entre a quantidade de atos praticados no exercício e a quantidade de atos registrados no sistema SISAC.

14. DISPENSA E INSTAURAÇÃO DE TCE

Não houve dispensa e instauração de TCE

15. INFORMAÇÃO SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade.	39	1.948.132,69	32	2.104.385,39	33	1.600.508,49

Funcionários contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
---	---	---	---	---	---	---

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	0	0	0	0	4	941,62

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$	Qtde	Despesa R\$
Pessoal terceirizado, vigilância, limpeza	21	62.727,28	23	70.976,37	23	R\$ 69.836,37
Pessoal terceirizado, apoio administrativo	50	58.840,86	55	68.655,22	62	R\$ 76.953,79
Pessoal terceirizado, outras atividades (bolsa + taxa de administração estagiários)	2	2.975,18	2	3.552,59	2	7.838,14
Total Pessoal Terc + Estagiários	73		80		87	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus.	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus.	1	3.391,93	1	5.443,51	1	5.631,70
Total de Pessoal Cedido pela Unidade	1	3.391,93	1	5.443,51	1	5.631,70

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade com ônus.	1	29.150,89	2	53.248,32	2	96.492,52
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus para MF.	0	0	0	0	0	0
Total de Pessoal Cedido pela Unidade	1	29.150,00	2	53.248,32	2	96.492,52

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	40	1.703.574,33
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade		

16. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DESEMPENHO DA GESTÃO:

17. CONTEÚDO ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

Não se aplica a GRA/SC

18. CONCLUSÃO

Os desafios e dificuldades impostos no decorrer do exercício de 2008 foram grandes. Mesmo tendo o Limite Orçamentário e Financeiro como fator limitador, buscamos superá-los, procurando atender as Unidades de forma eficiente, visando suprir suas necessidades e expectativas. Nem sempre foi possível atender com a celeridade esperada, tendo em vista as dificuldades mencionadas no decorrer do presente relatório

Acreditamos que a finalização do processo de implantação da nova metodologia de Planejamento, bem como a participação da Gerência Regional no Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização - GESPUBLICA irá proporcionar não somente a melhoria da Gestão, como também minimizar as dificuldades operacionais então descritas.

Venilton José de Ávila
Gerente Regional de Administração do MF/SC

19. ANEXO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Considerando o teor do artigo 37 da Lei nº 10.180/2001, determinando que a documentação comprobatória da execução orçamentária, financeira e patrimonial das unidades da Administração Federal permanecerá na respectiva unidade, à disposição dos órgãos e das unidades de controle interno e externo nas condições e nos prazos estabelecidos pelo Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal;

Considerando o teor do parágrafo único do artigo 6º do Decreto nº 3.589/2000, dispondo que o processo de Conformidade Contábil no SIAFI consiste em verificar se os lançamentos efetuados pela unidade gestora foram feitos em observância às normas vigentes, à tabela de eventos do SIAFI e à respectiva conformidade documental da unidade gestora;

Considerando a ausência de providências concretas por parte da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no que se refere ao provisionamento de recursos humanos e ao fortalecimento da estrutura organizacional das setoriais contábeis, conforme determinação contida no Acórdão TCU nº 2.351/2006 – Plenário;

Considerando o teor da Nota Técnica nº 018/COGEF/SPOA/SE/MF, de 14.11.2006, por meio da qual a Coordenação de Análise Contábil da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Fazenda registra suas dificuldades em exercer a função de Setorial Contábil do MF em razão de sua deficiente estrutura organizacional e funcional, agravadas pela introdução da Conformidade Contábil de Órgão Superior pela Secretaria do Tesouro Nacional e das exigências do Tribunal de Contas da União constantes dos Acórdãos nºs 2.016 e 2.351/2006; 415 e 639/2007.

Declaro que os Demonstrativos Contábeis constantes do Sistema SIAFI previstos na Lei nº 4.320/1964, da unidade gestora 170166 – GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA EM SANTA CATARINA, reflete a execução orçamentária, financeira e patrimonial realizada pelos responsáveis da unidade jurisdicionada que apresenta contas no exercício de 2008.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 2009



PAULO ROBERTO CAMPOS MOREIRA
CRC – DF nº 011.634/0-9